

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. ACIONISTAS desta Companhia a se reunirem no dia 17 de setembro de 2026, às 10 horas, na sede da sociedade na Rua Marquês de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Constituição de Reservas de Incentivos Fiscais e **(b)** Assuntos gerais da Companhia. Niterói, 04 de setembro de 2026. Leonardo das Chagas Righetto - Diretor. Thiago Contage Damaceno - Diretor.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE COOPERATIVA COOPEMABAN
O Diretor Presidente da SOCIEDADE COOPERATIVA COOPEMABAN - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS BANCÁRIOS E EX-BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrita no NIRE sob o nº. 33400053541 e no CNPJ sob o nº. 21.261.747/0001-73, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os cooperados associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na forma presencial, no endereço Rua da Conceição, 154/805 - Niterói /RJ Cep: 24020-084, no **dia 26 de setembro de 2026**, em primeira convocação às **18h00min** com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de cooperados associados, em segunda convocação às 19h00min, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de cooperados associados aptos a votar, e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às 20h00min com a presença mínima de 10 (dez) cooperados associados, a fim de deliberar sobre as seguintes **ORDEM DO DIA:** NOTA: Para efeito de quórum, declara-se que o número de cooperados associados em condições de votar nesta data são de 20 (vinte). 1. Justificativa da não publicação da AGO na data correta; 2. Entrada de novos cooperados; 3. Saída de cooperados associados; 4. Alteração do endereço da sede da sociedade cooperativa; 5. Extinção de cargos na diretoria; 6. Reforma estatutária; 7.Prestação de contas do exercício social do ano de 2025; 8. Relatório de gestão; 9. Balanço patrimonial; 10. Demonstração das sobras ou perdas apuradas no exercício social do ano de 2025; 11. Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício social do ano de 2025; 12. Eleição dos membros do conselho fiscal; 13. Eleição do novo mandato da diretoria. Niterói/RJ, 08 de setembro de 2026.
FRANCILANDI BANDEIRA MOURÃO
DIRETOR PRESIDENTE

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6
Ata de AGE. 1. Hora, Data e Local: As 10 h do dia 20/07/2026, na sede social da Cia., na Rua Marquês do Paraná nº 110, Centro, Niterói, RJ. **2. Convocação:** Editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil, nos dias 10, 13 e 14/07/2026, de forma digital e impressa, todos na pág. 5. **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 95% do capital votante da Cia., conforme assinaturas em livro próprio. **4. Mesa:** Bernardo Machado Alves Gonçalves, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelo acionista presente representando 95% do capital social votante: 5.1. Ratificar o pagamento de dividendos extraordinários, realizado em 12/06/2026, no valor de R\$ 25.750.000,00, oriundos da conta de reserva de retenção de lucros; e **5.2.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **7. Assinaturas:** Bernardo Machado Alves Gonçalves, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com a original lavrada em livro próprio. Niterói, 20/07/2026. **Bernardo Machado Alves Gonçalves** - Presidente; **Thiago Contage Damaceno** - Secretário. JUCERJA nº 7980383 em 20/08/2026. André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro - **SATED/RJ**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os **atores e diretores de dublagem** para participarem da **AGE**, a realizar-se no próximo dia **23/09/26, quarta-feira, às 17h em 1ª convocação e às 17:30h em 2ª e última convocação**, na sede administrativa do SATED/RJ, sito na Rua Alcindo Guanabara, 17/18º andar, nesta cidade do RJ, **para discutirem e deliberarem especificamente sobre: Pauta da Convenção Coletiva de Trabalho 2026; Autorização para o ajuizamento do Dissídio Coletivo, exercício do direito de greve e paralisação, caso as negociações com a Entidade Patronal resultem infrutíferas; Autorização expressa para cobrança da contribuição sindical assistencial/Tema 935 STF. RJ, 09/09/26.** Hugo Gross Schweller – Presidente do SATED/RJ.

CBO HOLDING S.A.
Cia. Aberta
CNPJ/MF nº 14.882.295/0001-81 - NIRE 33.3.0030510-6 | Cód. CVM 2362-0
ATA DA RCA: 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 02/09/2026, às 15h, na sede social da **CBO HOLDING S.A.**, com sede na Cidade de Niterói, RJ, na Travessa Braga, nº 2, Barreto, CEP 24.110-200 ("Cia."). **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., conforme autorizado pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Cia., a saber: Adriana Waltrick dos Santos, Bruno Augusto Sacchi Zaremba, Gabriel Felzenszwalb, José Guilherme Cruz Souza, Luciano Coelho Pettersen, Michell Fontes Souza, Roberto Lucio Cerdeira Filho e Vinicius Belleza Abdala Miranda. **3. MESA: SR. GABRIEL FELZENSZWALB, PRESIDENTE, E SRA. CAROLINA VICTÓRIO, SECRETÁRIA. 4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** nos termos do art. 16, incisos "(v)" e "(vii)" do Estatuto Social da Cia., a autorização da 6ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia fidejussória adicional, em série única, da **CBO Serviços Marítimos S.A.** ("Emitente"), com valor unitário de R\$ 1.000,00 no valor total de R\$ 130.000.000,00 ("Notas Comerciais Escriturais" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, conforme definido nos arts. 11 e 13 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), de acordo com os termos e condições do "**Termo da 6ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição da CBO Serviços Marítimos S.A.**", a ser celebrado entre a Emitente, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, a **Vórtx Distribuidora de TVM Ltda.**, CNPJ nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, representando os titulares das Notas Comerciais ("**Agente Fiduciário**") e, na qualidade de avaliista, a Cia. ("**Termo de Emissão**"); **(ii)** nos termos do art. 16, inciso "(x)", do estatuto social da Cia., a autorização para a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela Cia., no âmbito e de acordo com os termos do Termo de Emissão; **(iii)** a autorização para a Cia. celebrar, pelos seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e/ou instrumentos contratuais necessários à outorga do Aval (conforme abaixo definido) e para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluído, mas não se limitando, ao Termo de Emissão; e **(iv)** a ratificação de todos os atos praticados pelos representantes da Cia. e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima. **5. DELIBERAÇÕES:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram: **(i)** autorizar a Emissão das Notas Comerciais Escriturais, pela Emitente, e a sua respectiva Oferta; **(ii)** autorizar a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de aval, pela Cia., em caráter irrevogável e irretirável, obrigando-se, solidariamente com a Emitente, de forma conjunta, sem divisão, limitação ou benefício de ordem, em caráter irrevogável e irretirável, perante o Titular de Notas Comerciais Escriturais, como avalista e codevedora solidária, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emitente no Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como todos os acessórios ao principal, incluindo as indenizações, custos e/ou despesas comprovadamente incorridas pelo Titular das Notas Comerciais Escriturais, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão ("**Obrigações Garantidas**"), nos termos dos arts. 264 e 899 do Código Civil, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos, 333, § único, 364, 366 e 368, todos do Código Civil, e dos arts. 130 e 131da Lei nº 13.105, de 16/03/2015 ("**Código de Processo Civil**"), assim como pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas previstas no Termo de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida ("**Garantia Fidejussória**" ou "**Aval**"); **(iii)** autorizar a Cia. a celebrar, pelos seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e/ou instrumentos contratuais necessários à outorga do Aval e para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluído, mas não se limitando, ao Termo de Emissão; e **(iv)** ratificar todos os atos praticados pelos representantes da Cia. e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada. **Mesa:** Presidente, Gabriel Felzenszwalb; e Secretária, Carolina Victório. **Conselheiros Presentes:** Adriana Waltrick dos Santos, Bruno Augusto Sacchi Zaremba, Gabriel Felzenszwalb, José Guilherme Cruz Souza, Luciano Coelho Pettersen, Michell Fontes Souza, Roberto Lucio Cerdeira Filho e Vinicius Belleza Abdala Miranda. Niterói, 02/09/2026. Carolina Victório - **Secretária**. Jucerja nº 8018476 em 08/09/2026.

A eleição presidencial e a segurança nacional do Brasil

Por Jorge Priori

Conversamos com Aldo Rebelo sobre a eleição presidencial e a segurança nacional do Brasil. Entre os muitos cargos que ocupou, Rebelo foi ministro da Defesa entre outubro de 2015 a maio de 2016, durante a presidência de Dilma Rouseff.

Na sua avaliação, quais são os principais problemas que envolvem a segurança nacional do Brasil?

Existe uma percepção muito equivocada sobre o que significam as ameaças à segurança do Brasil. Como estamos distantes de países como Estados Unidos, Rússia e China, a sociedade brasileira percebe o Brasil como um país que não precisa ter grandes preocupações em relação à defesa e à segurança nacional. Assim, como não existe uma ameaça próxima as nossas fronteiras, nós podemos poupar energia e recursos com esse assunto.

Outro aspecto relevante, e que deriva do aspecto anterior, é que o Brasil manteve, por conta de setores liberais, tanto conservadores quanto progressistas, uma certa desconfiança em relação aos militares, que sempre foram percebidos como nacionalistas, sendo que o nacionalismo é percebido como uma ameaça ao livre mercado pelos liberais e como uma ameaça às liberdades individuais pelos progressistas.

Como o nacionalismo sempre foi associado a regimes de força, ao marxismo e ao governo militar, os grupos dominantes da sociedade brasileira sempre mantiveram uma certa distância em relação aos militares, o que fez com que a agenda de defesa nunca fosse acolhida de boa vontade pelas lideranças civis. Cabe destacar que aqui, eu não faço distinção entre lideranças conservadores e progressistas.

Um ponto importante é que os governos militares também não priorizaram a defesa e a segurança. Depois da redemocratização, a exceção foi o governo Sarney, que criou o Projeto Calha Norte. Como os demais governos civis não priorizam a área de defesa, isso fez com que o país tivesse que conviver, naturalmente, com vulnerabilidades.

Como esses problemas podem ser encaminhados?

A primeira providência é modificar a percepção da sociedade brasileira em relação à defesa, o que não é simples, pois essa percepção, muitas vezes, é resultado da pressão que grupos sociais exercem sobre os órgãos de decisão, como os poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário.

Por exemplo, existem grupos de pressão ligados à saúde, educação e agricultura, mas não existe um grupo de pressão dos militares que possa reivindicar atribuições, prerrogativas, recursos e projetos para as Forças Armadas. Diga-se de passagem, isso está certo, pois o país não pode admitir que uma corporação armada seja protagonista de ações de pressão sobre os poderes.

A representação política dessa agenda caberia ao Ministério da Defesa, mas o próprio Ministério não tem o protagonismo e os recursos que outros ministérios têm. Isso faz com que a representação política da agenda de defesa seja muito frágil para as necessidades do país.

Quando eu passei pelo Ministério da Defesa, eu quis reforçar essa agenda com o protagonismo de instituições civis ligadas à defesa, como, por exemplo, a Adesg (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), para que elas pudessem agir junto a sociedade para que essa agenda fosse difundida, mas a própria Adesg já estava muito fragilizada.

A segunda providência é aproximar a agenda de defesa do desenvolvimento e do crescimento do país e valorizar a indústria ligada a essa área. Isso porque não há ciência, tecnologia e inovação na área de defesa sem que haja ciência, tecnologia e inovação no país. Por exemplo, recentemente eu visitei uma startup que constrói drones submarinos para pesquisa e prospecção de petróleo no fundo do mar. Nessa oportunidade, eu perguntei aos pesquisadores se esse drone poderia ser utilizado para fins militares. Eles me disseram que sim, tanto que a Marinha já havia feito uma encomenda.

Nos Estados Unidos, mais da metade do orçamento de ciência, tecnologia e pesquisa é destinada à área de defesa, pois se a tecnologia voltada para fins civis pode servir para área de defesa, a tecnologia de defesa também pode servir para fins civis. Por exemplo, a história de que o Vale do Silício foi uma conquista de gênios, que passaram a pesquisar nas garagens das suas famílias, é uma ficção. Segundo a professora Mariana Mazzucato, que foi minha consultora no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e no Ministério de Defesa, o Vale do Silício começou quando os Estados Unidos enfrentaram dificuldades na corrida espacial com os russos, que haviam colocado o primeiro homem em órbita com a Sputnik (Iuri Gagarin).

Pedro França/Agência Senado



Aldo Rebelo

Durante o seu trabalho, Mazzucato fez observações muito críticas sobre o nosso processo de ciência e pesquisa, identificando um divórcio entre o mundo da academia e da ciência e o mundo real da economia. Ela não viu o que os americanos chamam de encomendas, que são demandas da economia dirigidas às instituições de ciência, com o governo fazendo o financiamento. Uma das poucas exceções é a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que trabalha mais perto da demanda do mundo rural.

Na minha passagem pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, eu cheguei a perguntar ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) o motivo pelo qual a entidade não financiava projetos de defesa. Eu também perguntei ao Mangabeira Unger, na época presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o motivo pelo qual a entidade não tinha uma linha de pesquisa na área de defesa.

A terceira providência é a atualização de documentos como a Política Nacional de Defesa. Por mais que esses documentos sejam bem redigidos e abrangentes, eles são mais voltados a doutrina do que a operação. Por exemplo, quando se olha para os conflitos mais recentes dos Estados Unidos, como Iraque, Afeganistão e Irã, nós vemos uma combinação de doutrina com operação.

Por último, nós temos a questão do orçamento. Isso porque a atividade militar, concebida como pesquisa, inovação, investimento, aquisição de equipamentos e preparação de recursos humanos, precisa de previsibilidade e de permanência. Por exemplo, a interrupção do ciclo de construção de um submarino nuclear por um ano pode representar 10 anos de atraso. O Brasil ainda não faz uma missão espacial completa, pois parte do corpo de pesquisadores e de cientistas envelheceu e parte morreu no grave acidente de Alcântara em 2003.

Quando fui ministro da Defesa, eu avisei a presiden-

te Dilma de que o Brasil tinha uma taxa de investimento em defesa em relação ao PIB menor que a média do mundo, da América Latina e da América do Sul. Isso faz com que o mundo olhe para o Brasil como se ele negligenciasse a defesa do seu território, dos seus recursos naturais, do seu espaço aéreo, das suas águas interiores, das suas fronteiras e das suas águas jurisdicionais.

Recentemente, o ministro da Defesa, José Múcio, fez um pronunciamento, que foi mal interpretado, dizendo, em resumo, que o Brasil não tinha condições de se defender de uma hostilidade. Na minha visão, isso é verdade, apesar da possibilidade real de uma ação hostil contra o Brasil ser muito difícil.

Em 2015, a Marinha mandou uma corveta para liderar a Força-Tarefa Marítima da ONU no Líbano, composta por fragatas. Quando eu perguntei ao comandante da Marinha o motivo pelo qual enviamos uma corveta, e não uma fragata, ele me disse que nós não tínhamos uma fragata operacional para ser enviada. Isso mostra que o Brasil tem uma Marinha, mas não uma esquadra. Nós fomos, mas nos submetemos a esse vexame. Foi nessa circunstância que teve início o projeto das fragatas que estão sendo construídas em Santa Catarina.

Nessa mesma época, o presidente da Embraer me procurou para me dizer que a homologação do KC-390 dependia de que dois aviões tivessem 2 mil horas de voo. Depois disso, o Brasil teria que comprar uma ou duas unidades para que o mundo pudesse conhecer o avião voando. Como a conclusão do projeto custaria cerca de R\$ 400 milhões, eu pedi para que o avião fosse levado a Brasília para que a presidente Dilma pudesse vê-lo. Depois que ela viu o avião, eu lhe pedi os recursos. Ela ligou para Guido Mantega e autorizou a liberação. Veja que a resolução desses dois problemas foram frutos dessas circunstâncias, e não de um planejamento.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/a-eleicao-presidencial-e-a-seguranca-nacional-do-brasil